

06 AGO 1992

ESTADO DE SÃO PAULO

SÉRGIO AMAD COSTA

O programa de estabilização econômica, conduzido por Marcílio Marques Moreira, pode ir por água abaixo, caso o ministro ceda às pressões de liberação de verbas federais para conquistar apoio ao presidente. O fato é que o subsequente agravamento da crise reduziu ainda mais o espaço para que seja mantida a política econômica dentro dos limites mínimos aceitáveis pelo Fundo Monetário International (FMI).

Nosso ministro sempre cita lições do seu guru San Thiago Dantas. Portanto, agora, é oportuno lembrar as falhas cometidas pelo guru, assim como as dificuldades por que passou, em 1963, quando foi ministro da Fazenda e encarregado do acordo com o FMI.

Já na sua posse, San Thiago Dantas se preocupou em adotar medidas voltadas para a estabilização da moeda. Pôs fim também aos subsídios para as importações de trigo e petróleo, visando equilibrar o balanço de pagamentos, conforme exigência do FMI. Porém, como a inflação não cedia, partiu para medida mais drásticas de estabilização monetária. Em abril de 1963, desvalorizou o cruzeiro em 30%, elevando o dólar a uma taxa próxima à do câmbio negro.

Os atritos políticos, entretanto, logo vieram à tona, e



# O guru do ministro falhou

as pressões, oriundas de todos os lados, desviaram da rota as diretrizes antiinflacionárias, assim como as metas estabelecidas para o acordo de refinanciamento da dívida externa brasileira com o FMI.

A política salarial foi o principal alvo contra o programa de ajuste que estava sendo acordado com o FMI. Devido às reivindicações do movimento sindical e dos setores militares nacionalistas, San Thiago Dantas redigiu, em abril de 1963, um projeto de lei que determinava um aumento de até 56% para os funcionários públicos civis e até 55% para os milita-

res, ultrapassando o limite máximo de 40% previsto pelo acordo com o FMI. Mesmo assim, vários segmentos não aceitaram esse aumento, reivindicando 70%.

Nesse contexto, pressionado pela ameaça de greve liderada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o então ministro, em maio, contrariando suas posições anteriores, acabou concordando com o aumento de 70% para o funcionalismo público.

Foi nesse mesmo período que chegou ao Brasil a comissão do FMI para avaliar as medidas de combate à inflação. Naquela altura do

campeonato, a estabilização monetária já estava ultrapassada e o índice de inflação atingira 25% nos primeiros cinco meses do ano. O fato é que, em junho de 1963, a comissão do FMI deixou o País, manifestando conclusões negativas a respeito da política econômica brasileira.

Pois bem, como se vê, o guru do ministro Marcílio não obteve êxito no seu plano de estabilização econômica para a renegociação da dívida externa, cujo processo de entendimento com o FMI ele mesmo encabeçou. A principal causa do fracasso das metas estabelecidas no acordo foi a rejeição à pressão econômica para suporte político do presidente Goulart.

Não estamos aqui forçando a barra para um paralelo entre os episódios de 1963 e os de 1992. São épocas, fatos e pessoas distintas. O que é semelhante é a pressão econômica para conquistar apoio político à figura do presidente.

Desta forma, caso o ministro Marcílio ceda às pressões de liberação de verbas para ministros, governadores e prefeitos, visando com isso garantir a sustentação do presidente, estará pondo fim ao acordo com a comunidade financeira internacional, do qual ele mesmo é o avalista. Incorrerá na mesma falha cometida pelo seu mestre que, em 1963, era também fiador de um acordo com o FMI, gorado por uma política populista.



■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.